



2386 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

NOTAS DO CAMPO DA PESQUISA "OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DOS DIREITOS SOCIAIS DO SUJEITO INFANTOJUVENIL?"
Laura Souza Fonseca - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq, PROPESQ/PROEXT-UFRGS

NOTAS DO CAMPO DA PESQUISA "OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DOS DIREITOS SOCIAIS DO SUJEITO INFANTOJUVENIL"

Resumo

Resgatamos o percurso como grupo acadêmico para concluirmos uma ferramenta virtual que visibilize e atualize a temática trabalho e direitos do sujeito infanto-juvenil, mediada pela produção acadêmica, políticas sociais, organizações da sociedade civil e lutas sociais neste campo. Particularizaremos os Fóruns que indicaram as experiências observadas, em quatro regiões brasileiras, mantendo as atividades na cidade onde trabalhamos; em quatro nos indicaram políticas marcadas como boas práticas e a experiência com o outro fórum instou o problema. Focaremos duas particularidades do campo – as descrições sobre trabalho infantojuvenil e sobre as políticas sociais como ações protetivas no contraturno da escola. Considerando a pobreza e a miséria, a insuficiência das políticas sociais e a voracidade do capital como determinações do trabalho infantojuvenil explorado, a força de trabalho de crianças e adolescentes tende a ser cada vez mais cooptada, um contingente de sobrantes potencializando o precariado.

Palavras-chave: exploração/opressão; crianças/adolescentes; políticas sociais/violação de direitos

Agência e Instituição Financiadora: CNPq, PROPESQ/UFRGS e PROEXT/UFRGS.

NOTAS DO CAMPO DA PESQUISA "OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DOS DIREITOS SOCIAIS DO SUJEITO INFANTOJUVENIL"

Primeiras palavras – Educação, democracia e justiça social: pesquisar para quê? Ou pra que(m) serve teu conhecimento?

Em **A Ideologia Alemã**, Marx e Engels ensinam que "As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideológica das relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação [...]"

Pensar a partir desta reflexão indica perguntar: qual é a função social do conhecimento produzido nas universidades públicas? Para quê? Para quem servem os trabalhos acadêmicos financiados pelo fundo público? Nossas práticas acadêmicas procuram reafirmar que a função primordial do conhecimento produzido nas escolas públicas é potencializar a crítica como arma para que a classe trabalhadora faça o bom combate às ideias, aos ideais e às práticas das burguesias, como classe do dominante em nosso tempo.

Insistimos na ideia de que o fundamento da produção acadêmica está em problematizar a miséria material do ser humano, em especial dos que vivem sob a exploração de sua força de trabalho e sob as mais diversas formas de espoliação e opressão, ao fim e ao cabo asseguradoras da acumulação incessante do capital e de uma intensificada desumanização. Desejamos que nossa produção acadêmica na perspectiva de um conjunto articulado de reflexões envolvendo extensão, pesquisa e ensino, avance na função social de, ao fazer a crítica da realidade em que está imerso o ser social com quem trabalhamos, contribuir com força material para que a classe produza diferença em sua vida.

Por conta desta visão, trabalhamos a partir de Löwy (1994), com o método como visão social de mundo e, portanto, diferente de metodologia – um conjunto de processos que nos permite organizar uma investigação, uma ação extensionista e/ou uma atividade de ensino-aprendizagem. Buscamos sucessivas aproximações com a visão social de mundo sintetizada pelo materialismo histórico-dialético (MHD) lendo o mundo como uma totalidade social; analisando a particularidade (e singularidade) articuladas à esta totalidade, não como soma das partes, mas como síntese de múltiplas determinações; apreendendo pela historicidade os movimentos dos fenômenos sociais materiais expressos na temporalidade e na contemporaneidade; atribuindo à contradição a categoria analítica que dimensiona perspectivas de superação para as mazelas sociais; e imputando à luta de classes os movimentos de superação na história. Assim, exercitamos a distinção entre método e metodologia; e insistimos em contínuos movimentos epistêmicos de aproximações com o MHD como método.

Na particularidade metodológica, buscamos aproximações com a indissociabilidade como estratégia de produção do conhecimento que articula pesquisa-ensino-extensão, embaixadora do trabalho/formação permanente na docência e na discência. Nos contrapomos à escolha de trabalhar com a pesquisa ou a extensão, trata-se de três pilares do trabalho/formação na universidade, impossível abandonar um pilar! Quanto à interdisciplinaridade, tendemos a pensa-la como conhecimento produzido sobre um tema e por distintas áreas, como síntese – ponto de chegada e, por consequência, novo ponto de partida.

Historicamente, temos uma prática – fortalecida pelo discurso, que media a ideologia – da extensão como prima pobre e da pesquisa como

prima nobre no trabalho docente, o que acaba estabelecendo uma concorrência – extensão ou pesquisa, e a desconsideração de quem produz extensão e pesquisa, além do ensino. Consideramos que a política de nossos pares que prioriza a quantidade e não a qualidade da produção acadêmica; que ranqueia revistas, supostamente, de maior qualidade que outras. Reifica múltiplos assédios, a começar pelo credenciamento e descredenciamento na pós-graduação, na captura de orientandas/os por nossa suposta improdutividade; distribuição de bolsas; repartição (sem partilha) de recursos para fazer e/ou participar de eventos – em muitos casos não há transparência. Controle pela coerção, fisingando subjetividades.

Afinal, é preciso definir o que avança mais na produção/diálogo/distribuição de conhecimento? Extensão ou publicação? Orientações ou publicações? Qual é a revista de maior qualidade na Educação, por exemplo, aquela cujos artigos possuem tamanho e densidade que possibilitem leitura, compreensão e movimento no pensamento d@s trabalhador@s da educação básica e dos movimentos sociais? Ou aquelas que possuem autor@s internacionais, artigos de autor@s cidad@s, em um escopo absolutamente distinto da realidade daquel@s que atuam na ponta das políticas públicas e dos movimentos sociais e populares? Sim, talvez exista lugar para as duas e outras tantas opções, desde que, democraticamente, as condições objetivas/materiais de sustentação e valorização sejam iguais. Ou a quem serve o conhecimento produzido nas universidades com o ranqueamento da produção? Quando o produtivismo (e não a produção) define a partição do fundo público, quem supostamente produz menos, concretamente tem acesso a menos recurso, ampliando desequilíbrios ensino/pesquisa/extensão, um enorme foço que acirra desigualdade, competitividade e escancara padrões éticos absolutamente desprezíveis entre colegas de trabalho.

De certo, não imaginamos que a pesquisa (a produção acadêmica como um todo) possa solucionar mazelas sociais como as que tomamos como objeto de investigação. E, importa ainda dizer que negamos a imparcialidade na produção do conhecimento e mais, imputamos à universidade pública e à produção acadêmica financiada pelo fundo público a função social de produzir teoria que arme a classe trabalhadora para tensionar a ideologia dominante e colocar-se em luta na defesa de direitos.

Sobre ética na pesquisa com seres sociais

Então, a questão central da ética na pesquisa (na verdade das intervenções acadêmicas) com seres sociais, em nossa compreensão está na construção coletiva dos projetos e na devolução de relatórios num modo de escuta que potencialize modificações nas sínteses produzidas. E reitere nosso compromisso com as comunidades onde trabalhamos, nossa presença solidária e militante em suas lutas mesmo depois das pesquisas, ações extensionistas e/ou atividades de ensino concluídas.

Muitas vezes optamos pelo desidentificação das pessoas, das instituições, dos territórios e vamos anunciando na pedida em que avançamos no trabalho e os seres sociais envolvidos concordam com a identificação; embora façamos os termos de consentimento livre e esclarecido, a experiência nos mostra a insuficiência desse instrumento porque nem sempre nossas exposições/explicações garantem o entendimento necessário. Nesta escrita desidentifico os movimentos da pesquisa nacional, tendo em vista que não formalizei a devolução de resultados.

Sucessivas aproximações à temática, modos de construção do objeto – percursos até a compreensão da necessidade de um observatório

Retomamos interfaces que, como trabalhadora da educação básica e superior, fui experienciando com a problemática do trabalho x escolarização, incluindo essa relação na experiência de vida infantojuvenil. Como professora da rede básica pública, no interior do estado, trabalhei inicialmente em uma comunidade rural formada a partir de pequenas chácaras – as crianças e os adolescentes frequentador@s da escola eram filh@s d@s trabalhador@s dessas propriedades naquela região e, em períodos de plantio e colheita, 'evadiam-se' da escola.

Depois, trabalhando na periferia urbana com anos iniciais do ensino fundamental e ensino supletivo: com as crianças, parecia não haver evidências de trabalho infantil, exceto por um guri que precisava arrumar os cavalos para ajudar o vô antes de sair para a escola, quando se atrasava, eu tinha que negociar com a escola para que pudesse entrar em aula. Professora do ensino supletivo, no período de safra, particularmente, para as indústrias de conserva, havia um esvaziamento da escola que, só não era completo, porque parte d@s jovens estudantes trabalhavam numa granja próxima, mas tínhamos dificuldade entre o horário da saída como trabalhador@s e de chegada como estudantes.

Não só o trabalho infantil, também o trabalho assalariado – a relevância aqui é que a escola não olha a realidade concreta das vidas de crianças, adolescentes, jovens e adultos trabalhador@s. Importa dizer que observamos também como professora de uma universidade pública, mesmo com todas as políticas de inclusão produzidas, a expulsão de estudantes trabalhador@s – como instituição seguimos colocando uma barreira entre o trabalho assalariado e os bancos escolares. Em absoluto trata-se de defender o trabalho infantojuvenil explorado, mas tensionar a escola pública – da educação básica à pós-graduação – a se colocar a realidade d@ estudante trabalhador@.

Essa realidade na docência da educação básica justificou na dissertação de mestrado (re)conhecer a escola e o trabalho tendo como sujeitos de pesquisa os adolescentes trabalhadores na central de abastecimento do Estado. Uma síntese das conclusões da pesquisa foi que o trabalho mesmo noturno, pesado, penoso, proibido, sem direitos "trabalhá pra burro, né tia?" trazia elementos considerados por eles como de valorização, na contraposição ao **não ser** menino de rua, trombadinha... e tantos outros estigmas que a moral burguesa imputa ao tempo livre d@s filh@s da classe trabalhadora. Diferente da escola que demarcava elementos de **não lugar**, a impossibilidade de trabalhar e estudar, sem movimentos na instituição e desqualificando o pertencimento daqueles adolescentes.

Chamamos de *evasão* quando crianças, adolescentes, jovens e adultos deixam de frequentar a escola, tenho insistido na ideia de que há um processo de expulsão na/da escola, socialmente construído. Quando ignoramos a situação de estudantes-trabalhador@s, ou a mesmo a instituição não se modificar frente a essa realidade pode se constituir em uma determinação para, por quantitativos, aprovação sem apropriação do conhecimento, repetência e evasão, produzirmos processos de expulsão da escola (da educação infantil à pós-graduação).

Trabalhei numa cidade da região metropolitana em uma ONG que recebia recurso público para fazer parcerias com o Sistema S e oferecer oficinas de aprendizagem – numa perspectiva de combater o trabalho desprotegido de adolescentes e mantê-l@s na escola, dar organicidade ao diálogo entre as escolas e a instituição que promovia a política no contraturno consistiu uma das grandes dificuldades encontradas.

Na universidade estudamos, na perspectiva da indissociabilidade, a problemática do trabalho infantojuvenil, a partir dos anos iniciais em escolas públicas. Um convite para desenvolver um programa de extensão nas férias fez com que nos aproximássemos de uma comunidade da periferia urbana e dos espaços onde eram desenvolvidas ações de contraturno.

Inserida nessa geopolítica, trabalhamos com um grupo de estudantes realizando extensão e pesquisa em escolas e espaços da assistência social, primeiro com vistas a apreender estratégias de coleta de informações sobre o trabalho das crianças e dos adolescentes e os movimentos na escola e no extraclasses sobre a questão, depois a partir dessas aprendizagens e avançando sobre elas, problematizando o trabalho infantojuvenil no diálogo extensionista e na pesquisa. Adiante incluímos na extensão a temática dos direitos das crianças e adolescentes; e, na pesquisa, mantivemos o Diário de Campo da extensão como um documento, e agregamos a intervenção em campo como

metodologia de pesquisa.

O uso do tempo nas rotinas de cada dia, os jogos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a realidade concreta vivida pelas crianças e adolescentes daquela comunidade tornaram-se mediações em nossas ações: (1) as frações de tempo nos movimentos de cada dia apontavam o tempo dedicado ao trabalho na relação com o tempo da escola e o tempo de brincar/adolescer; (2) jogos problematizando os indícios de trabalho explorado recolhidos na estratégia anterior – ajuda, trabalho doméstico e domiciliar, situação de rua ou na rua; (3) a escrita do ECA e (4) as rotinas de vida naquela comunidade. Além de escolas e do extraclasse tivemos a oportunidade de trabalhar num centro infantojuvenil – ocupado por deliberação da comunidade; que, por meio de editais e convênios, propunha oficinas de iniciação à aprendizagem profissional a partir de reivindicações de adolescentes e jovens participantes. Ali convivemos com o exercício da autonomia juvenil, por meio de assembleias dava-se a tomada de decisões sobre disciplina, currículo e outras demandas cotidianas.

Neste compasso, nosso grupo vai sendo tecido e tecendo, tendo como lócus de intervenção, na extensão e na pesquisa – uma comunidade em uma periferia urbana a partir de 1998. Até 2002, em escolas e espaços extraclasse, experiência que contribuiu para a produção da tese. Das compreensões da tese, pensamos o trabalho por sua dupla face – valor de uso e valor; ontologia e história; princípio educativo e exploração a partir de Marx (1991), Mézàros (2002), Frigotto (2002) entre outros autores nos ajudam na formulação.

Emerge na finalização da tese um incômodo com a expressão que nomeia os fóruns e programas governamentais sobre o trabalho infantojuvenil, que vamos apreendendo como uma contradição expressa na formulação 'erradicar o trabalho infantil'. Porque ignora o princípio educativo do trabalho e se propõe arrancar pela raiz parte da composição orgânica do capital, no modo de produção capitalista. Contradição observada nas chamadas políticas protetivas, e mesmo nos fóruns que pretendem proteger crianças e adolescentes do trabalho explorado, ao negarem a centralidade do trabalho na organização da vida e a decorrente compreensão crítica da categoria trabalho.

Uma formulação difundida pela agenda neoliberal e materializada na proposição das políticas sociais atravessadas pelas agências multilaterais (no caso, inicialmente, OIT, UNICEF E UNESCO, depois agregando OMC), as políticas de alívio à pobreza para os países de periferia, como condicionalidades aos empréstimos e renegociações com o FMI.

Entendemos que a consigna deve apontar o combate ao trabalho infantojuvenil explorado. Dos vinte e seis (26) fóruns estaduais, mais um (1), o nacional, que articulam estado e sociedade civil que propõem políticas contra essa forma de exploração da vida, apenas um não utiliza a expressão "erradicação do trabalho infantil" no nome. Não é demais trazer que nem sempre está nomeada a proteção ao trabalho de adolescentes nos fóruns, dezoito singularizam a proteção ao trabalho do adolescente. Na experiência que tivemos, mesmo problematizando a questão, pouco avanço houve no debate, porque há um foco na produção de um leque de atividades, muitas vezes sem a reflexão de fundo – o capitalismo como uma sociedade pautada pela destruição da vida, portanto que se movimenta aumentando os níveis de exploração e opressão para assegurar a reposição das taxas de lucro dos capitais.

A partir de 2007, estas e outras descobertas da tese foram problematizadas como formação em serviço na Rede de Proteção, associada ao Conselho Tutelar (CT) da região e, a partir deste diálogo extensionista, tomadas para a continuidade de nossas intervenções na extensão e na pesquisa. Além de concepções, analisamos políticas, a educação escolar e a educação social, e constatamos que não incorporavam a realidade do trabalho infantojuvenil explorado, nem tinham o ECA como um documento de identidade do sujeito infantojuvenil ali presente. Poucas escolas e alguns extraclasse faziam movimentos incipientes de inserção das temáticas trabalho e ECA em suas ações pedagógicas, e não encontramos inscritas em seus projetos político-pedagógicos (os PPPs).

Debatemos a continuidade do trabalho do grupo com a comunidade e ampliamos o estudo para, além do trabalho infantojuvenil em escolas e serviços de apoio socioeducativo (SASE), focarmos as violações de direitos, por meio de atendimentos e encaminhamentos do CT, mediados pela Rede. Com a municipalização da assistência social (ocorrida em 2002) seguimos o trabalho com as associações, no SASE e as PPPs agora se davam com a prefeitura, por meio da fundação gestora da assistência social, na mesma estratégia de repasse do fundo público por metas. A insuficiência do fundo público vai trazendo elementos que, avaliamos, esgarçavam a proteção: a rotatividade no trabalho, o trabalho voluntário e o aporte de recurso ou tecnologia social mediado pelo setor privado.

Entre agosto de 2012 e setembro de 2013, o trabalho de campo compôs o empírico do estudo de pós-doutorado que nos permitiu sistematizar por revisão bibliográfica e entrevistas com pesquisadoras da área a recorrência da dissociação educação escolar/educação social e das PPPs nas políticas da assistência. Também a disseminação da formulação erradicar o trabalho infantil na perspectiva do multilateralismo. E, nos aproximamos dos estudos de Ruy Mauro Marini para melhor localizar o papel dessas políticas com possível contribuição de forma mediata na superexploração da força de trabalho, porque a precariedade da produção do sujeito infantojuvenil conceitualmente media menos valor dessa força de trabalho jovem-adulta – fortalecendo a concepção de que produzimos sobrantes, como superpopulação relativa na acumulação por despossessão (Harvey, 2004) e/ou potencializamos o precariado (Braga, 2014).

Em 2013, fizemos nova ampliação dos espaços investigados, uma vez que a Rede de Proteção^[1] dividiu-se em microrredes, singularizando as comunidades envolvidas, iniciamos nossa participação, na Microrrede onde se localizavam as escolas e os espaços de apoio socioeducativo nos quais interviamos com extensão e pesquisa.

Feito este resgate de nossa construção, tratamos aqui da investigação que integra a construção do "Observatório do Trabalho e das Políticas Sociais para o Infantojuvenil", por dois movimentos: fizemos inserções pontuais nas regiões do país, sem sair do campo na cidade onde trabalhamos. Portanto, seguimos com a rotina de campo – extensão e pesquisa – em escolas públicas (municipal e estadual) e socioeducativos^[2] (em duas associações), além da Rede de Proteção e Microrrede da região em que atuamos. Nacionalmente, fizemos campo em capitais das regiões sudeste, norte, nordeste e centro-oeste.

Uma tensão que articulamos já no projeto do Observatório teve como consequência um curso de aperfeiçoamento para operadores de direitos (trabalhadores da assistência social, educação e saúde, além de conselheiros tutelares), em conclusão a partir de edital PROEXT 2016. Nossa intervenção nos fez provocar o sentido da expressão "boas práticas" no combate ao trabalho infantojuvenil explorado. Na experiência que tínhamos, tratava-se de ações pontuais e sobre as quais, em parte significativa, não havia avaliação do impacto. Diferente da experiência na rede/microrrede que trata de fluxos observando possibilidades e limites na proteção, sem solução de continuidade. No curso, trabalhamos com a ideia de experiência refletida – a partir dos relatos de situações do trabalho, desenvolvemos os conteúdos.

Elementos de regularidade no campo permanente e nas inserções nacionais

Compomos o objeto *trabalho e direitos do infantojuvenil*, a partir da pesquisa e da extensão – nestas duas faces da produção acadêmica temos uma temática, que analisamos por sucessivas aproximações com o materialismo histórico dialético como método – como visão social de mundo; metodologias/instrumentos, e um aporte teórico-metodológico. Ancorados em *categorias estruturantes* recolhemos *emergências do campo*, as primeiras são permanentes (trabalho e formação humana^[3]) e as outras possuem temporalidades distintas, na medida em que se destacam na descrição do empírico. Por agora, ajuda/trabalho doméstico, estupro/exploração sexual; dupla violação de direitos; abuso/exploração sexual e comercial infantojuvenil. Coletivamente, ousamos produzir sínteses e avançar no conhecimento elaborado.

Depois de um primeiro movimento de observação e investigação da realidade a extensão funda-se na sistematicidade do diálogo extensionista, diferenciando-se da intervenção na pesquisa. Buscando, ainda, a indissociabilidade na produção do conhecimento, como coletivo nos apresentamos, também, na outra face da produção acadêmica, o ensino. Em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), cujo objeto se constitui por recortes/aprofundamento de temas emergentes de nossas ações de extensão e/ou da pesquisa, mantendo as categorias trabalho e formação humana. Além de dissertações que, antes do descredenciamento, aprofundavam as temáticas do trabalho e das violações de direitos do infantojuvenil.

Tendo em vista a densidade dos dados recolhidos na pesquisa nacional, priorizaremos as notas de campo dos espaços de contraturno na cidade em que permanecemos e na coleta nacional de dados. Utilizamos duas metodologias distintas: no campo permanente, intervimos no socioeducativo como prática extensionista e o Diário de Campo (DC), tomado como um documento (Shiroma, Campos e Garcia, 2005), constitui parte da empiria da pesquisa. Sobre a mostra nacional, apresentamos uma sistematização das entrevistas dialogadas com gestor@s, educador@s e/ou educand@s nos espaços das políticas sociais.

Entre 2014 e 2016, no campo permanente, seguimos (re)colhendo e sistematizando, expressões que contextualizam vestígios de trabalho infantojuvenil explorado como violação de direitos às crianças e aos adolescentes: trabalho infantojuvenil doméstico/domiciliar, exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, avião no tráfico de drogas e catação de resíduos sólidos. Usamos a ideia de vestígios de trabalho infantojuvenil explorado, baseando-nos na expressão das crianças e dos adolescentes como critério de verossimilhança. Analisamos as falas e outras formas de expressões gráficas, corporais, dramáticas, lúdicas...

Nesse material são recorrentes o sentimento de dever pelo trabalho e a violência do tráfico; e são nossos limites separar a exploração do trabalho infantojuvenil doméstico e a partilha como princípio educativo. Nossa questão principal neste momento do campo permanente visa constituir materialidade para diferenciar trabalho explorado e formas educativas. Que elementos nos permitem diferenciar as duas situações, particularmente, no que tange ao trabalho infantojuvenil doméstico e a ajuda/partilha das tarefas domésticas?

Compreendemos a necessidade de olhar para a questão à luz da dupla face do trabalho, problematizando a dimensão educativa desse, como atividade fundante do ser social^[4], bem como sua manifestação histórica na sociedade capitalista, como trabalho explorado, alienado, desumanizador. Entendemos o trabalho como categoria estruturante da análise. Identificamos que ambas as formas aparecem no cotidiano das crianças e adolescentes da região, e com uma linha divisória bastante tênue.

Encontramos como indícios de trabalho explorado/ajuda: cuidar de familiares de idade menor, limpar a casa, limpar o pátio, lavar a louça, cozinhar, fazer e vender artesanato, além do tráfico de drogas (em situação de envolvimento familiar). O trabalho doméstico, por vezes explicitado como "ajuda", é citado com recorrência; mesmo os mitos acerca do trabalho apreendemos, quando dizem que "trabalhar fora" é um dever.

Analisando a empiria com a continuidade do trabalho do grupo, percebemos que essa mazela social continua a fazer parte da rotina dos filhos e das filhas da classe trabalhadora. Apareceram relatos de envolvimento com o tráfico colocando em risco a própria vida do adolescente; exploração sexual dentro e fora das paredes de casa; pobreza material e moral das famílias; precariedade das políticas sociais ditas protetivas, expressas na revitimização, ou em falas como "o CT não resolve nada"... Precariedade/retirada dos direitos sociais que deveriam ser assegurados pelo Estado; o problema da moradia continua a ser uma determinação importante, e sobretudo naquele momento da história fortemente marcado por remoções forçadas por conta da realização das obras para os megaeventos esportivos, que intensificaram o processo de urbanização como higienização influenciando na relação entre miséria e trabalho infantojuvenil explorado.

(Re)conhecendo o trabalho por sua dupla face, nos deparamos com a tênue linha que separa o caráter educativo e a exploração, sendo exemplar o caso do trabalho doméstico, uma das faces da exploração do trabalho infantojuvenil, ao mesmo tempo mais visíveis (porque são expressas pelas crianças e pelos adolescentes incessantemente) e invisíveis (porque nos faltam elementos para observar e delimitar). Teorizando, o cuidado coletivo, a divisão de tarefas, a responsabilidade assume uma possibilidade educativa quando essas funções não subordinam os demais tempos e espaços da infância e da adolescência. No entanto, exceto quando há evidências concretas, como os relatos de "não ter tempo pra brincar" ou no relato da menina que reprovou na escola, pois tinha o dever de cuidar dos irmãos, não temos base material para distinguir a exploração do trabalho infantojuvenil doméstico e a ajuda.

Nas formas visíveis, há dominância do trabalho infantojuvenil explorado, a forma histórica, alienante e mutiladora de corpos e mentes de crianças e adolescentes, tanto nas evidências de exploração da força de trabalho, quanto nas naturalizações dela provenientes.

Percebemos nas reuniões de rede e microrrede um silenciamento nos casos de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, talvez respondido pela angústia de educador@s de um espaço socioeducativo quando uma de nossas oficinas trouxe à tona a questão. Cabe perguntar, por que esses casos não chegam à Rede, se as/os vemos cotidianamente trabalhando nas ruas, catando lixo, trabalhando em pequenos comércios, traficando, sendo exploradas sexualmente? Quando citam casos de tráfico (geralmente as crianças e adolescentes exercem a função de aviõeszinho do tráfico), essa atividade não é caracterizada como trabalho – porque vem associada ao julgamento moral. E quando citam situações de crianças/adolescentes que trabalham com seus pais nas carroças, culpabiliza-se a família por colocá-las/os naquela situação de trabalho. Não se questiona a condição de vida precária da família, o fato de que o adulto-provedor do sujeito de direitos não têm garantidos os direitos sociais, modo de reprodução da força de trabalho; também a escola não se mostra um espaço acolhedor e de turno integral (efetivo e qualitativo) para esses sujeitos e os espaços das associações destinadas ao contraturno, são, em nossa experiência, mais precários do que a escola.

O diálogo com os fóruns

Primeiro dizer da enorme dificuldade em estabelecer contato seja por telefone ou mail, ao conhecer as realidades, em comum a enorme sobrecarga de trabalho das coordenações a que tive acesso. De fato, apenas chegando aos locais é que pude organizar o trabalho, em algumas situações o primeiro contato foi já presencial. Depois, na medida em que expusemos quem éramos, o que fazia e o porquê da pesquisa tivemos total cooperação da pessoa referência em cada fórum, normalmente sua/seu coordenador@. Fomos atendid@s em meio às atividades de cada um/a, em uma das situações fomos a campo com a coordenação que concedeu entrevista. Em três situações, participamos de reuniões dos fóruns estaduais, uma ordinária e outras duas compostas para o diálogo conosco.

As dificuldades relatadas no trabalho de prevenção/combate ao trabalho infantojuvenil explorado são semelhantes: condições de vida e trabalho das famílias, precariedade das políticas sociais e da fiscalização e acúmulo de trabalho nas coordenações dos fóruns.

Como singularidades, cabe a informação da entrevista que tivemos com estagiárias de uma universidade pública, atuando no Conselho Tutelar da região A onde se encontra a instituição – até que no diálogo provocássemos o tema da exploração do trabalho infantojuvenil como uma forma de violação de direitos, o grupo não havia destacado a questão, nas vivências relatadas. Situação igual vivemos com os conselheiros entrevistados no campo B, a exploração do trabalho infantojuvenil só apareceu como demanda dos conselhos na medida em que provocamos, perguntamos sobre identificação do trabalho explorado de crianças e adolescentes.

No conjunto dos fóruns estaduais de erradicação do trabalho infantil, as denúncias de trabalho infantojuvenil explorado são, por óbvio, infundáveis; registro nas quatro regiões do país, a situação da exploração sexual e comercial infantojuvenil nas ruas, nas praias, em festas

populares, em feiras, nos rios, nas estradas...

O relato do Fórum B é exemplar e avassalador pela amplitude e densidade com que a questão do trabalho infantojuvenil explorado emerge: as crianças, tão logo adquirirem a destreza necessária passam a acompanhar as famílias na colheita de frutas e nos barcos, onde vendem as frutas e outras mercadorias ao longo dos rios. Há vivências de abuso e exploração sexual e comercial. Como as escolas não têm vagas suficientes diante da demanda, a opção para @s adolescentes é se deslocarem para a capital morando em “uma casa de família”, que se dispõem a acolhê-las (meninas, especialmente) de modo a poderem estudar; acabam também fazendo trabalho doméstico, cuidando de crianças mais novas... de novo são abusadas e acabam indo para as ruas, exploradas sexual e comercialmente.

Na região D, nas feiras, crianças e adolescentes vão trabalhar, por vezes com seus familiares e em muitas ocasiões acabam sendo exploradas sexual e comercial – guris e gurias. Na capital C, a exploração sexual e comercial no turismo é dado público e gravíssimo, também há situações de que a gurizada vai trabalhar com seus familiares nas praias e acaba em situação de exploração sexual e comercial.

A grande distinção que podemos trazer corre por conta das experiências protetivas indicadas e visitadas por nós nas quatro regiões, do ponto de vista da infraestrutura, das relações de trabalho, da organização curricular, a sistematização dos dados indica uma qualidade superior às experiências com as quais convivemos. No entanto, há que frisar três questões: (1) foram escolhidas/indicadas como “boas práticas”, ou seja, com história de êxito na acolhida; (2) são de diferentes matrizes religiosas e todas alegaram não receber repasse de fundo público, diretamente, recebem isenções de impostos como responsabilidade social; (3) é preciso avançar na análise para compreender as possibilidades/limites de que essa acolhida repercute sobre retirar as crianças e os adolescentes do trabalho explorado.

Entre as experiências de combate à exploração do trabalho infantojuvenil: (1) no estado A, um programa feito com a polícia rodoviária federal e o Fórum Estadual cuja atividade consistiu em entregar materiais alertando para o crime e indicando a necessidade e a forma de denúncia. Na exposição da proposta durante reunião do Fórum da qual tivemos consenso no fato de que não havia como fazer uma avaliação do impacto da política, de fato, @s caminhoneir@s, alvo da ação, exploraram sexualmente crianças e adolescentes depois de receberem o material? Não saber consistia em um problema. Ainda assim, foi expressa como uma “boa prática”.

Situação semelhante à vivida em outro Fórum, durante um acampamento Em um evento estadual – as crianças e os adolescentes em situação de trabalho explorado foram retiradas daquele espaço, mas para onde foram? O que indica que ficaram mais protegidas? Outra vez, não há como fazer ou não foi pensada a possibilidade de uma avaliação do impacto – ou seja, concluída a temporalidade da ação, o que acontece efetivamente com as crianças e adolescentes expostas a essas perversidades na vida? De forma igual, é considerada uma “boa prática”.

A situação mais grave que encontramos foi na região B ali o Fórum Estadual e secretarias estaduais expuseram um trabalho permanente de combate à exploração sexual e comercial infantojuvenil, sem que conseguissem apontar avanços concretos.

Há experiências de formação – Fóruns A e B – sob a coordenação do Canal Futura (setor empresarial e a mídia corporativa), com os vídeos “Que exploração é esta?” e “Que abuso é este?”, com os quais são realizados processos educativos nas escolas por meio de apresentação dos vídeos e debate com a comunidade escolar. Não tivemos acesso aos relatórios de impacto.

A ONGa que fica entre dois rios disputados pelo tráfico, tem financiamento internacional de uma igreja, o que assegura infraestrutura, disponibilidade de pessoal riqueza de materiais e a possibilidade de um currículo socioeducativo envolvendo esportes, religião, música, dramatização, brinquedos, leitura, escrita, ajuda aos temas... Além disto, há uma rede local que tem potência para construir fluxos de atendimento nos casos de violências contra as crianças e adolescentes. Quanto ao trabalho explorado, os relatos dão conta de que já houve retirada de adolescentes do trabalho como olheiro e avião.

Visitamos a ONGb, também sustentada por uma igreja de outra matriz religiosa. É um espaço rico, mas com a estrutura precarizada, há problemas de pessoal, o foco é a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes nas noites; não tivemos retorno que nos permita analisar o impacto da política sobre a vida da gurizada. Quanto a ONGc, da mesma matriz religiosa da segunda, mas desta vez com uma política de auto-sustentação. O espaço é uma antiga chácara, onde há moradia, produção, ajuda nas tarefas escolares, música, teatro, esportes, religião...

Vimos um único programa público de combate à exploração do trabalho infanto-juvenil, estruturado a partir do Ministério Público do Trabalho (MPT), articulando escola e mais uma vez uma ONG religiosa fazendo a política de proteção.

Considerações Temporárias

A escolarização faz parte das políticas sociais básicas e, portanto, um direito que deve ser garantido de maneira qualitativa pelo Estado, assim como saúde, transporte público, saneamento básico, moradia, cultura, lazer e etc; compo o título de Direitos Fundamentais do ECA. Mas há outros modos de educação, não-escolar, igualmente importante para a formação humana, queremos defender que as ações de contraturno, em que pese a precariedade, devem ser investigadas nesta perspectiva. Singularmente, seguiremos contribuindo com a problematização do serviço de apoio socioeducativo, parte do serviço de fortalecimento de vínculos que se inscrevem como políticas protetivas, no escopo da Política de Assistência Social. Como o Estatuto é o instrumento garantidor destes direitos, nosso objetivo é compreender o que as crianças e adolescentes com quem nos relacionamos nas oficinas, entendem como seus direitos, se reconhecem o ECA e como percebem na realidade os direitos sociais inscritos na lei. Participando das reuniões de Rede Ampliada e Microrrede, por vezes observamos casos que identificamos na extensão e os limites da resolubilidade.

Adiante avançarmos na análise sobre a gestão destas políticas – políticas públicas de Estado, PPPs, matrizes religiosas, associações de moradores...certamente na dá igual!

Entendemos que não é papel da universidade, do trabalho acadêmico, solucionar a questão social (Leher, 2010), entretanto, ao problematizarmos o que identificamos, avançamos com a comunidade em que nos inserimos. Dessa forma o ensino, a extensão e a pesquisa devem estar em constante diálogo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

BESSET, Vera Lopes; CASTRO, Lucia Rabello de (orgs). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro, Editora: NAU, 2008.

BRAGA, Ruy. Quem é o precariado. <https://blog.esquerdaonline.com/?p=2731> Postado Em 7 de dezembro de 2014 [data do post] em [Marxismo & Ciência, Ruy Braga](#) [categoria do post]

CARVALHO, Saulo Rodrigues de. A função social do conhecimento no capitalismo: a educação em tempos de reestruturação produtiva. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/12424>

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe* Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, jan./abr. 2009.

FONSECA, Laura Souza; Grupo Trabalho e Formação Humana (orgs). Trabalho, Formação de Trabalhadores e Lutas Sociais, no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente. Porto Alegre, UFRGS/Gráfica, 2017.

FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3 edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEHER, R. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o "alívio à pobreza". São Paulo, USP, 1998. Tese de doutorado.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo, Cortez, 1994.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política [O método da economia política]. *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *El Capital I. Crítica de la Economía Política*. México: Fondo de Cultura Económica Clásicos de Economía, 1991.

MARX e ENGELS. A Ideologia Alemã I Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Lisboa, Ed. Presença, 1980.

MINAYO, Maria Cecília (org). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

[SCHEINVAR, Estela](#). Conselhos tutelares e escola: a individualização de práticas políticas. RETTA - Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas, v. XIII, p. 12-20, 2017.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>.

[1] As microrregiões em que se organizam os Conselhos Tutelares possuem, no mínimo, uma rede de proteção (à criança, ao adolescente e à família) associada. Na Rede tem assento, além do CT, representantes das políticas sociais que atravessam àquela comunidade, participam especialmente assistência social e saúde. A educação tem menor frequência (também porque poucas escolas possuem professor@s substitut@s). Devido à imensa demanda e a dificuldade de discutir o fluxo dos casos, mantém-se a rede ampliada e foram organizadas microrredes/redinhas.

[2] Hoje parte de Serviço de Fortalecimento de Vínculos (SFV).

[3] A partir de Saviani (2007); e Saviani e Duarte (2010).